

## O ensino de Sociologia em disputa: a educação como ato político de resistência na dimensão sociológica de Erlando da Silva Rêses

### ***Fagno da Silva Soares***

Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Professor de História do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão.

### ***Rafael Bezerra Gaspar***

Doutor em Ciências Humanas - Antropologia Cultural pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Antropólogo – Coordenação Técnica/ Patrimônio Imaterial da Superintendência do IPHAN no Maranhão

### **Abstract**

Entrevista realizada em 26 de fevereiro de 2026 com o educador popular e sociólogo negro brasileiro Erlando da Silva Rêses, constitui um valioso testemunho sobre as tramas formativas e intelectuais que atravessam sua trajetória pessoal e profissional. Entre memórias e reflexões, o professor Rêses revisita fragmentos significativos de sua história de vida, delineando o modo como a Sociologia se inscreveu em seu percurso acadêmico e existencial, tornando-se eixo estruturante de sua prática docente e de sua leitura crítica do mundo social. Ao longo da conversa, o entrevistado reflete sobre o ofício do(a) sociólogo(a) no século XXI, explorando dilemas e tensões que marcam a formação do professor de Sociologia no Brasil, bem como as disputas políticas e ideológicas que atravessam a presença e a intermitência da disciplina nos currículos escolares. Em um registro simultaneamente analítico e memorialístico, Rêses destaca o papel da Sociologia na formação cidadã e emancipatória, enfatizando os processos de consolidação e institucionalização do campo, especialmente com a criação do Mestrado Profissional em Sociologia em Rede Nacional (ProfSocio). Ao final, delineia um quadro sensível e crítico dos caminhos, desafios e perspectivas do ensino de Sociologia no Brasil, reafirmando a disciplina como espaço de resistência, imaginação e compromisso político com a transformação social.

**Keywords:** Ensino de Sociologia; Formação docente; Políticas educacionais; ProfSocio.

**Erlando da Silva Rêses** é professor da Faculdade de Educação (FE) e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Brasília (PPGE/UnB). Sua produção acadêmico-sociológica gravita em temáticas diversas que vão desde políticas públicas de educação, educação popular, passando pela formação de professores até Educação de Jovens e Adultos com estudos e reflexões acerca do Ensino de Sociologia, tem encontrado ressonância entre o público acadêmico em várias partes do Brasil na formação de professores especialistas em ensino de sociologia para o Ensino Médio, contribuindo com o avanço da produção sociológica brasileira, no campo do ensino. Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB, 2008), com a tese *De Vocação para Profissão: Organização Sindical Docente e Identidade Social do Professor*. Mestre, bacharel e licenciado em Ciências Sociais na mesma universidade (UnB, 2004, 1998). Pós-doutorado em Educação pela Universidade de Londres (2019-2020) com pesquisa sobre Teoria Social, Materialismo Histórico-dialético e Pedagogia do Trabalho. Participa do Conselho Editorial de periódicos nacionais na área da Educação e Sociologia. Atualmente, é Professor Titular da Faculdade de Educação (FE/UnB)<sup>1</sup> e Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Materialismo Histórico-Dialético e Educação (CONSCIÊNCIA) e coordenador de três projetos de extensão: 1) Formação Integrada e Emancipadora de Acesso à Educação Superior (FORMANCIPA); 2) LeiA – Leitura e Ação Lúdico-Pedagógica para Crianças e 3) Formação de Alfabetizadores(as) e Educadores (as) de pessoas jovens Adultas e Idosas Trabalhadoras. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (GEPT) do Instituto de Ciências Sociais (ICS)/Departamento de Sociologia da UnB. Coordenou o Curso de Especialização em Ensino de Sociologia pela CAPES/MEC, (2008 a 2011) e Educação e Diversidade pela UnB, com ênfase em Educação de Jovens e Adultos (2013-2014 e 2014-2015). É cofundador da Rede Internacional de Pesquisadores(as) sobre Associativismo e

---

<sup>1</sup> A entrevista ocorreu no dia 26 de fevereiro de 2026, logo após a defesa do Memorial descritivo-analítico para progressão a professor titular da Faculdade de Educação (FE/UnB), de Erlando da Silva Rêses, com o título “Educação Popular Progressista, Materialismo Histórico-dialético e Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão”.

Sindicalismo dos(as) Trabalhadores(as) em Educação - Rede ASTE. Por seus projetos de extensão, foi laureado com o 2º Prêmio Paulo Freire de Educação, concedido pela Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF, 2024) e duas vezes com o Prêmio Anual de Educação em Direitos Humanos - Mireya Suárez, outorgado pela Universidade de Brasília (UnB, 2024 e 2025). Em sua vasta produção sociológica destacam-se os seguintes livros de sua autoria, coautoria ou sob sua organização, a saber: *Inteligência Artificial, Trabalho e Capitalismo* (2025); *Valor e exploração do trabalho: capitalismo de plataforma e Covid-19* (2023); *Trabalho, educação de jovens e adultos e tecnologias emancipatórias* (2021); *Pedagogia socialista, trabalho e educação* (2021); *Ciganidade e educação escolar: saber tradicional e conflito étnico* (2018); *Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores: Políticas e Experiências da Integração à Educação Profissional* (2017); *A Sociologia no Ensino Médio: Cidadania e Representações Sociais de Professores e Estudantes* (2016); *De vocação para profissão: sindicalismo Docente da Educação Básica no Brasil* (2015) e *Universidade e Movimentos Sociais* (2015).

**Fagno da Silva Soares e Rafael Bezerra Gaspar (FSS e RBG):** Boa noite, estimado professor Erlando Rêses. Agradecemos, com sincera admiração, pela solicitude e pela presteza com que gentilmente aceitou participar desta entrevista. Para iniciar nossa interlocução, gostaríamos de convidá-lo a revisitar sua história de vida e sua trajetória no campo da educação. Quais foram as inspirações que o conduziram à escolha da carreira de sociólogo e de professor de Sociologia? Como se deu sua formação escolar e quais caminhos marcaram o percurso que o trouxe até a docência e à pesquisa?

**Erlando da Silva Rêses:** Boa noite, caros Fagno e Rafael. Agradeço pelo convite para esta entrevista é um prazer estar, mais uma vez, ao lado do meu amigo

Mário Bispo<sup>2</sup>, em uma produção voltada ao ensino de Sociologia. Sou cearense, homem negro, descendente dos povos indígenas de Caucaia (CE) e pai de Dandara Barroso Rêses, que dá sentido e continuidade à minha caminhada. Educador Popular por convicção e professor universitário por ofício, construí minha trajetória entre o chão da escola e os espaços de formação crítica. Atuei como professor de Sociologia na Educação Básica da Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEEDF) por treze anos, cultivando o pensamento sociológico como ferramenta de emancipação. Antes disso, dediquei dez anos à alfabetização de jovens e adultos e à formação de educadores da EJA, em diálogo com os movimentos populares e sociais, reafirmando o compromisso com uma educação transformadora, enraizada nas realidades e resistências do povo brasileiro. Pois bem, esta deve ser, se não me falha a memória, a oitava vez em que tenho a oportunidade de tratar sobre a atuação das entidades como a Sociedade Brasileira de Sociologia - SBS, a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais - ANPOCS e a Federação Nacional dos Sociólogos - FNS no processo de aprovação da Lei nº 11.684/2008, que tornou obrigatória a Sociologia no Ensino Médio. Tivemos, como já mencionei anteriormente, uma forte mobilização de diferentes entidades em defesa da aprovação da referida lei. Antes disso, é importante lembrar, houve uma intensa movimentação no Congresso Nacional, no Ministério da Educação - MEC e no Conselho Nacional de Educação - CNE. Me recordo, que na companhia do professor de Filosofia, Erasmo Baltazar Valadão, fizemos abaixo-assinado e fomos entregar ao deputado Padre Roque (PT-RS), autor da mudança do artigo da LDB para a obrigatoriedade das disciplinas de Sociologia e Filosofia no Ensino Médio. Destaco, sobretudo, a atuação da Federação Nacional dos Sociólogos - FNS e, mais especificamente, de alguns sindicatos como o Sindicato dos Sociólogos do Estado de São Paulo - SINDSESP. Nós, aqui no Distrito

---

<sup>2</sup>Mário Bispo dos Santos é um sociólogo e uma referência no campo do Ensino de Sociologia no Brasil, destacando-se por sua significativa contribuição à formação de professores e à consolidação da disciplina na educação básica. Sua trajetória acadêmica e intelectual é marcada pelo compromisso com a articulação entre teoria sociológica e prática pedagógica, defendendo um ensino de Sociologia crítico, contextualizado e socialmente relevante.

Federal, também participamos por meio de uma pré-associação de sociólogos ou, melhor dizendo, da retomada dessa associação. O pessoal do Sul, especialmente do Rio Grande do Sul, também se envolveu, ainda que mais pelo campo da Filosofia, mas havia ali uma mobilização relevante. No caso da ANPOCS, salvo melhor juízo, a atuação foi bastante limitada. Talvez tenha apenas assinado algum documento coletivo que circulou para colher apoio das entidades mas, como entidade científica, não houve uma participação política direta, seja no Parlamento, no MEC ou junto ao governo. Portanto, foi um movimento intenso de pessoas e de entidades e há registros disso. Quem documentou boa parte desse processo foi o colega Lejeune Mirhan Xavier de Carvalho de SP, em mais de uma publicação, nas quais, inclusive, há fotos que registram vários momentos da atuação política dessas entidades e pessoas.

***FSS & RBG:** Professor Erlando, poderia nos falar sobre as influências teóricas que marcaram sua trajetória acadêmica, desde a graduação até o doutorado na Universidade de Brasília (UnB), bem como no seu ingresso na docência? Quais sociólogos, sociólogas ou outros(as) intelectuais exerceram papel decisivo na sua formação inicial e no desenvolvimento de seu pensamento ao longo da carreira?*

**Erlando da Silva Rêses:** É evidente que as respostas acabam se complementando, pois, de certa forma, iniciei o diálogo sobre este ponto quando falei do meu ingresso na docência. No entanto, a pergunta é mais ampla, pois trata também das influências teóricas desde a graduação, passando pelo mestrado até o doutorado. No meu percurso de formação nas Ciências Sociais, logo percebi uma forte aproximação com a teoria marxista. É evidente que o campo sociológico é vasto, tanto em termos teóricos quanto metodológicos, mas a minha inserção sempre esteve muito vinculada aos movimentos sociais e populares. Lembro que, naquela época, participávamos de encontros de formação que ocorriam, geralmente, aos sábados e domingos. Eram momentos de estudo coletivo, em que líamos textos e debatíamos obras de diversos autores. Foi nesse contexto que tive um contato mais intenso com as obras de Paulo Freire *Educação como prática da liberdade, Ação cultural para a liberdade, Pedagogia*

*do Oprimido, Pedagogia da Autonomia*, entre outras. Essas leituras nos aproximavam de uma perspectiva crítica, comprometida com a emancipação e a transformação social. Esse envolvimento nasceu de um projeto de extensão da Faculdade de Educação (FE) voltado à alfabetização de jovens e adultos, do qual participei ativamente. Acabei esquecendo de mencionar isso na primeira resposta. Esse projeto foi coordenado pela professora Maria Luiza Pinho Pereira. Foi uma experiência muito marcante, que me permitiu unir a prática educativa à reflexão teórica e que influenciou profundamente a minha trajetória posterior como docente e pesquisador.

Esse contato foi muito intenso havia, de fato, um sentido de aproximação com determinadas leituras e debates que se articulavam tanto na universidade quanto nos movimentos sociais. Nos encontros de formação que realizávamos nesses movimentos, costumávamos debater textos e autores de diferentes correntes teóricas, embora a orientação marxista estivesse sempre muito presente. Líamos textos clássicos de Karl Marx, o que acabou facilitando nossa identificação com o campo das Ciências Sociais, mas também não deixávamos de fazer outras leituras, até para fazermos o contraponto e o debate de ideias. Lembro-me, em especial, de uma disciplina que cursei com muito empenho, que integrava a grade curricular do curso chamada “Teoria Sociológica Marxista”. Eu realmente me dedicava bastante: passava madrugadas lendo os textos da disciplina para chegar às aulas com as leituras em dia. Às vezes, varava a noite estudando e saía de casa por volta das seis da manhã. Naquele período, eu morava na região do Entorno Sul do Distrito Federal e levava cerca de duas horas ou mais, dependendo do trânsito para chegar à Universidade de Brasília (UnB), onde aconteciam as aulas. Saía de casa tomando apenas um café, tentando me manter desperto, e seguia direto para a universidade. Foi uma fase de muito esforço, mas também de grande entusiasmo intelectual e compromisso com a formação.

Outros textos também fizeram parte da minha formação, tanto no campo da Sociologia quanto no da Antropologia e da Ciência Política. Lembro que, na época, havia a possibilidade de optar pelo bacharelado em Antropologia, mas acabei seguindo outro caminho: fiz o bacharelado em Sociologia e a licenciatura em Ciências Sociais. Essas duas habilitações marcaram profundamente minha trajetória. Durante a graduação,

tive contato com muitos autores clássicos e também com pensadores contemporâneos, que contribuíram para a construção da minha visão de mundo e da minha prática docente. Quando ingressei como professor na Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEEDF), busquei fazer bom uso desse repertório teórico, tentando sempre aproximar os conteúdos da realidade social e das histórias de vida dos estudantes.

Essa postura vinha muito do nosso referencial marxista, que colocava no centro do processo educativo a compreensão da realidade concreta e das condições históricas de existência. Nosso foco era justamente articular teoria e prática, conhecimento e experiência de vida, de modo a contribuir com processos de transformação social. O professor Mário Bispo, inclusive, desenvolve uma pesquisa interessante sobre esse tema, em que identifica diferentes perfis de docentes. Ele observa, por exemplo, a diferença entre o chamado “professor especialista” aquele que vem da academia e tende a reproduzir o conhecimento teórico e o “usuário avançado”, que se apropria criticamente desses saberes, adaptando-os à prática pedagógica e à realidade dos estudantes.

Havia também um tipo de professor e eu me identificava em parte com esse perfil que, embora conhecesse a área, não possuía uma formação específica em Sociologia. Esse professor se valia de diversos materiais e estratégias para aproximar os conteúdos do campo sociológico, buscando tornar a disciplina mais acessível e significativa para os estudantes. De certa forma, esse modo de ensinar tornava a Sociologia mais vivencial, mais próxima da realidade dos alunos. Eu mesmo me sentia um pouco dividido entre esses dois perfis. Embora, salvo engano, tenha sido classificado no grupo de pesquisa do professor Mário Bispo como “especialista”, eu me percebia como um docente que transitava entre as perspectivas combinando as teorias marxistas, bourdieusianas e de outros autores, sempre com o propósito de aproximar o conhecimento sociológico da vida cotidiana dos estudantes.

Já no Mestrado e no Doutorado, essa trajetória ganhou novos contornos. Durante a graduação, em razão dessa mesma formação e inquietação teórica, realizei um trabalho sobre cultura política participativa e descentralização administrativa, tomando como estudo de caso a experiência do Orçamento Participativo implementado em 1995 no Distrito Federal, durante o chamado Governo Democrático

Popular. Nesse trabalho, analisamos os processos de participação social e discutimos de que forma as pessoas elegiam suas prioridades para transformar, ainda que parcialmente, a estrutura das políticas públicas locais. O estudo dialogava fortemente com o debate sobre o Estado de bem-estar social, que na época enfrentava os impactos do neoliberalismo. Era o período dos governos Fernando Collor de Mello e, posteriormente, Fernando Henrique Cardoso, quando o neoliberalismo se consolidava e se aprofundava no país. Foi nesse contexto que desenvolvemos uma reflexão crítica sobre os limites e as possibilidades da participação popular e da gestão democrática. Já no mestrado, o foco se deslocou para o ensino de Sociologia, um trabalho desenvolvido em estreita parceria com o professor Mário Bispo, que desde 2002 vinha investigando o perfil e as práticas dos professores de Sociologia. Na pesquisa de campo houve seleção de um conjunto de estudantes para participação em grupos focais, e, mais uma vez, tomamos como referência central a teoria marxista, sem deixar de dialogar também com aportes da Psicologia Social, que nos ajudaram a compreender as dimensões subjetivas e formativas do ensino.

No campo da Psicologia Social, nossas referências principais foram autores como Serge Moscovici, Willem Doise, Denise Jodelet e outros psicólogos vinculados às teorias das representações sociais. Nosso interesse, naquele momento, era compreender como os alunos percebiam a disciplina de Sociologia no Ensino Médio, qual era o sentido dessa disciplina em suas vidas, em sua formação e em sua experiência cotidiana. A pesquisa envolveu dois grupos de estudantes: um composto por alunos de escolas localizadas no centro da cidade e outro por alunos da periferia. Essa comparação nos permitiu observar diferenças significativas na forma como a Sociologia era compreendida e valorizada por distintos segmentos sociais.

De modo geral, esse foi o meu percurso acadêmico: na graduação, houve uma presença marcante da Sociologia Política e da Sociologia da Educação, ainda que com maior ênfase na primeira. No mestrado, o foco se voltou para a Sociologia da Educação, com aproximações pontuais à Sociologia do Trabalho. E, finalmente, no doutorado, concentrei-me de forma mais sistemática na Sociologia do Trabalho, sem, contudo, perder o diálogo com a Sociologia da Educação. Na tese, meu principal interesse foi

investigar como se formaram e se organizaram sindicalmente os professores no Brasil, tomando como estudo de caso o Estado do Rio de Janeiro, um grande centro urbano e antiga capital federal. A partir desse contexto, busquei compreender de que maneira os docentes se estruturaram politicamente e construíram formas coletivas de reivindicação e luta, articulando suas práticas de organização sindical à formação de uma identidade profissional e social no magistério.

Minha tese, intitulada “De Vocação para Profissão: Organização Sindical Docente e Identidade Social do Professor”, defendida na Universidade de Brasília (UnB) em 2008, representa o esforço de compreender a constituição da identidade profissional e política dos professores da educação básica no Brasil, a partir das suas formas de organização coletiva e dos processos históricos de mobilização que marcaram a trajetória do magistério nas últimas décadas. O trabalho resultou posteriormente no livro “De Vocação para Profissão: Sindicalismo da Educação Básica no Brasil, no qual aprofundei as análises desenvolvidas na tese. Nele, enveredei de modo mais consistente pelo campo da Sociologia do Trabalho, procurando compreender o professor como trabalhador intelectual e ator político, cujas lutas e organizações refletem tanto as contradições quanto as potencialidades da educação pública brasileira.

O ponto de partida dessa pesquisa foi a tensão entre a vocação e a profissionalização docente. De um lado, a vocação aparece como dimensão simbólica, moral e afetiva da profissão, historicamente associada à ideia de “sacerdócio” e de entrega pessoal. De outro, a profissionalização expressa a busca legítima dos professores por reconhecimento social, valorização material e autonomia técnica. A partir dessa dualidade, busquei compreender como o professor se reconhece e é reconhecido socialmente, especialmente num contexto marcado pela precarização do trabalho docente, pela expansão das políticas neoliberais e pelas transformações estruturais da educação pública brasileira. Escolhi como campo empírico o Estado do Rio de Janeiro, antigo centro político do país e espaço efetivo de fortes lutas sindicais e movimentos docentes. Meu objetivo foi entender as dinâmicas de organização, resistência e construção da identidade coletiva dos professores no interior de suas entidades representativas. Analisei, assim, tanto a trajetória histórica do

sindicalismo docente suas fases de emergência, consolidação e reconfiguração quanto os discursos e práticas que articulam o “ser professor” ao “ser trabalhador”.

Do ponto de vista teórico, dialoguei com autores da Sociologia do Trabalho e da Sociologia das Profissões, como Pierre Bourdieu, Claude Dubar, Luc Boltanski, Alain Touraine e Antônio Nóvoa, além de incorporar reflexões da Sociologia Política e da História Social do Trabalho. Essa base me permitiu discutir as formas de construção social da docência, enfatizando os processos de reconhecimento, legitimidade e pertencimento coletivo que moldam a identidade docente contemporânea. Metodologicamente, optei por combinar pesquisa documental, entrevistas com lideranças sindicais e análise de discursos, buscando articular o plano empírico a uma reflexão teórica consistente sobre o papel das entidades de classe como espaços de mediação entre o indivíduo e o coletivo, entre o cotidiano escolar e as lutas estruturais pela valorização do magistério.

Os resultados revelaram que a docência na Educação Básica brasileira percorre um caminho de transição: de uma vocação idealizada e altruísta para uma profissão tensionada entre precarização e afirmação política. Nesse percurso, o sindicalismo docente assume papel decisivo ao contribuir para reconfigurar a autoimagem do professor como trabalhador intelectual, produtor de saber e agente político da transformação social. Ao mesmo tempo, a pesquisa mostrou as contradições desse processo, as disputas internas, os limites institucionais e as tensões entre o ideal emancipatório e as pressões das políticas educacionais de mercado. Em síntese, com “Vocação para profissão”, busquei desenvolver uma reflexão crítica sobre a dimensão política e identitária da docência, compreendendo o professor não apenas como mediador do conhecimento, mas como sujeito histórico, coletivo e político, inserido nas lutas sociais contemporâneas. Considero que este estudo contribui tanto para o campo da Sociologia da Educação e do Trabalho, quanto para o debate público sobre o reconhecimento e a valorização do magistério, reafirmando a centralidade do professor na construção de um projeto democrático de educação.

**FSS & RBG:** *Em sua carreira, percebemos o interesse pelas temáticas do ensino e da formação docente, especialmente a respeito da Sociologia. Conte-nos do interesse por esses temas em seus investimentos de pesquisa e como você tem participado na formação de jovens professores. Ademais, para você, quais são os limites ainda encontrados, no âmbito das políticas públicas, para o avanço de programas destinados ao fortalecimento da docência, seja no espaço acadêmico, seja no próprio espaço de trabalho, além das iniciativas à entrada dos jovens nos cursos destinados à formação de professores.*

**Erlando da Silva Rêses:** A formação dos meus interesses na área de ensino e de formação de professores, especialmente no campo da Sociologia, está profundamente vinculada à minha experiência concreta de atuação nas políticas públicas e nos processos de construção curricular, além da atuação na extensão universitária. Desde o início da minha trajetória acadêmica e profissional, busquei compreender quais são os limites e as possibilidades que as políticas educacionais impõem à consolidação da docência em Sociologia, bem como identificar os programas e ações capazes de contribuir para o fortalecimento da profissão docente. Esse interesse nasceu, em grande medida, da minha própria vivência como licenciando e professor, quando pude perceber, na prática, os desafios da profissão e a distância que muitas vezes se estabelece entre as formulações teóricas e a realidade cotidiana da escola. Assim, o tema da formação docente passou a me mobilizar não apenas como objeto de pesquisa, mas também como campo de intervenção e compromisso político-pedagógico. Após a graduação, e antes do início do mestrado, vivi um período de intenso envolvimento com a área de currículo, quando participei ativamente do processo de formulação e reformulação do currículo de Sociologia na Secretaria de Educação do Distrito Federal - SEEDF. Foi um momento extremamente rico e desafiador, marcado por muitas pesquisas, reuniões e debates com os professores da rede, nos quais buscávamos compreender coletivamente o que ensinar em Sociologia e como traduzir, em termos pedagógicos, os fundamentos teóricos da disciplina. Havia, entre nós, uma preocupação constante em aproximar a teoria da prática

docente, queríamos que os professores compreendessem, de modo concreto, o que pretendíamos ao propor aquele novo currículo. Ao mesmo tempo, procuramos construir o processo de forma colaborativa, ouvindo atentamente as contribuições dos colegas e sistematizando as ideias em uma proposta coerente e democrática. Dessa experiência resultou a realização do primeiro Encontro de Sociologia e Filosofia da SEEDF, no qual reunimos e apresentamos experiências pedagógicas significativas que dialogavam com as diretrizes curriculares em construção e que deu visibilidade à potência do trabalho desenvolvido nas escolas. Esse evento foi particularmente marcante para mim, pois simbolizou um passo importante na consolidação da Sociologia como campo formativo e no fortalecimento da formação de professores da área. Foi um momento de aprendizado coletivo e de amadurecimento intelectual, no qual compreendi, com mais firmeza, que a formação docente se constrói também nos espaços de diálogo, de troca e de reflexão conjunta sobre a prática pedagógica.

Também guardo com apreço a experiência vivida quando o professor Sadi Dal Rosso, aposentado do Departamento de Sociologia da UnB, criou, pela via da extensão universitária, um curso chamado “Atualização em Sociologia”, voltado à formação continuada de professores da Secretaria de Educação do Distrito Federal. O objetivo era promover um espaço de diálogo entre a universidade e a escola básica, convidando docentes do Departamento de Sociologia a ministrarem aulas e compartilharem seus campos de pesquisa com os professores da rede pública. Tive a oportunidade de participar de uma das edições da iniciativa, juntamente com o professor Mário Bispo e outros colegas da Secretaria de Educação. Foi uma experiência extremamente enriquecedora, que reafirmou a importância de manter pontes permanentes entre a academia e a Educação Básica. Essa vivência reforçou ainda mais meu compromisso com a formação docente e com o fortalecimento da presença da Sociologia no Ensino Médio. Nossa aproximação com o campo da filosofia também se intensificou nesse período, especialmente por meio da professora Ana Miriam, autora do livro “Pensando a Filosofia”, que desenvolvia um trabalho notável de formação continuada. Inspirada por preocupações semelhantes às nossas, ela organizou o ciclo de atividades “Pensando o Ensino de Filosofia”, voltado principalmente aos professores da Secretaria de Educação.

Por conta dessa aproximação e da parceria estabelecida, uma das últimas versões daquele curso resultou no programa “Pensando o Ensino de Filosofia e Sociologia”, no qual passamos a dedicar atenção especial à integração entre as duas áreas. Essa experiência compartilhada entre Sociologia e Filosofia foi fundamental para consolidar uma perspectiva interdisciplinar sobre a docência e reafirmar o papel formativo das humanidades na escola pública. A partir daí, nossa atuação se ampliou também para o campo do material didático. Integrei a equipe que elaborou o primeiro Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) para Sociologia, um marco histórico para a disciplina. Anos depois, participei novamente da equipe em uma edição mais recente do programa. Essas experiências foram decisivas, pois ao pensar o livro didático, nós também estávamos, de certo modo, pensando a formação docente afinal, o material pedagógico é um dos principais mediadores entre o conhecimento acadêmico e a prática de sala de aula.

Em seguida, consolidei meu vínculo com a formação de professores dentro da Faculdade de Educação, onde atuo como docente desde 2009. Esse tem sido, desde então, um dos meus grandes campos de interesse e investimento acadêmico: compreender e fortalecer os processos formativos da docência, tanto em sua dimensão teórica quanto prática. Atualmente, coordeno quatro programas e/ou projetos de extensão, entre os quais destaco o FORMANCIPA - Formação Integrada e Emancipadora de Acesso à Educação Superior. Esse projeto nasceu com o propósito de articular ensino, pesquisa e extensão em torno da formação de professores e da democratização do acesso ao ensino superior. No FORMANCIPA, estudantes de graduação de diferentes cursos vão às escolas de ensino médio ministrar aulas de forma integrada e interdisciplinar, enfrentando o desafio de romper com a lógica da fragmentação disciplinar que ainda marca boa parte da educação brasileira. Essa trajetória reforça uma convicção que me acompanha desde o início: formar professores é um ato político, ético e emancipador, e o ensino de Sociologia, ao lado de outras áreas das humanidades, ocupa um lugar fundamental nesse processo de formação crítica e cidadã.

O grande desafio que se coloca, juntamente com os estudantes envolvidos nesses projetos, é justamente fazer o caminho inverso da fragmentação do ensino: pensar e praticar aulas integradas, nas quais duas ou três áreas dialogam entre si na formação

dos alunos do ensino médio, especialmente aqueles que se preparam para o ingresso no ensino superior — seja por meio do ENEM, seja pelos vestibulares tradicionais. Essa proposta busca não apenas fortalecer os conhecimentos necessários à continuidade dos estudos, mas também reafirmar o sentido formativo e emancipador da educação. Nosso interesse por esse campo se mantém vivo porque compreendemos que formar professores e fortalecer a docência é investir no próprio futuro da educação pública. Entretanto, é preciso reconhecer que as políticas públicas voltadas à formação docente se encontram enfraquecidas, sobretudo no contexto recente, marcado por cortes orçamentários, descontinuidade de programas e desvalorização das áreas de Humanidades. As Ciências Humanas, em particular, vêm sofrendo um impacto profundo, seja pela redução de investimentos, seja pela adoção de políticas seletivas que silenciam e marginalizam o pensamento crítico. O que observamos é uma tentativa de impor uma espécie de “mordaca intelectual”, que busca calar professores e pesquisadores comprometidos com a reflexão crítica e com a formação cidadã. Trata-se de uma conjuntura preocupante, que revela perseguições políticas e ideológicas e ameaça diretamente a autonomia do campo educacional e o papel da escola pública como espaço de liberdade, pensamento e transformação social. Ainda assim, sigo convicto de que resistir e atuar na formação de professores é uma forma concreta de enfrentar essas adversidades. É nas práticas cotidianas na sala de aula, nos projetos de extensão, nos cursos de licenciatura e nas redes de ensino que reafirmamos o compromisso com uma educação crítica, democrática e socialmente comprometida

***FSS & RBG:** Como você avalia a trajetória e o desenvolvimento do ensino de Sociologia no Brasil ao longo dos últimos anos? A partir dessa perspectiva, como percebe o cenário atual dessa disciplina no país e quais características destacaria no perfil do professor de Sociologia do Ensino Médio, especialmente à luz de suas experiências e vivências no contexto do Distrito Federal?*

**Erlando da Silva Rêses:** Há, historicamente, um desrespeito à dualidade presente na formação acadêmica entre pesquisa e docência. Essa divisão, ainda muito

enraizada nas universidades, reflete um ranço antigo que atravessa a estrutura educacional brasileira e que guarda semelhança com a dualidade existente no Ensino Médio fortalecida, inclusive, pela Medida Provisória nº 746/2016, que promoveu a reforma deste nível. Depois a MP foi convertida na Lei nº 13.415/2017, que instituiu a reforma do Ensino Médio, alterando a LDB, com ampliação da carga horária e implantação dos itinerários formativos. Esse modelo, que ficou conhecido como "Novo Ensino Médio", começou a ser aplicado em 2022. Essa lógica, que separa a formação voltada para a continuidade dos estudos daquela orientada ao mercado de trabalho, reproduz uma divisão de classes e aprofunda desigualdades. No campo universitário, essa cisão se manifesta na oposição entre o pesquisador e o professor, frequentemente reforçada pelos próprios acadêmicos, que tendem a valorizar a pesquisa em detrimento da formação docente. A nossa reflexão, contudo, tem buscado justamente romper com essa fragmentação, propondo uma integração entre o fazer pedagógico e o pensar investigativo. Como professor e formador de professores, acredito que a docência deve induzir à pesquisa, e que a pesquisa, por sua vez, deve encontrar sentido na prática docente. O ensino de Sociologia, nesse sentido, tem procurado subverter essa lógica dicotômica, demonstrando que é possível e necessário articular teoria e prática, ensino e reflexão crítica, numa perspectiva de complementaridade e não de oposição.

Entretanto, esse esforço encontra resistências profundas, de natureza cultural e estrutural. A profissão docente no Brasil ainda é marcada por um certo desprestígio social e material. O professor é, muitas vezes, celebrado de forma simbólica reconhecido em discursos e homenagens, mas raramente valorizado em termos concretos. Existe um respeito retórico pela figura do professor, mas sem o correspondente investimento em condições dignas de trabalho, salários adequados ou políticas de valorização profissional. Essa contradição se intensifica diante do cenário de precarização crescente: baixos vencimentos, infraestrutura insuficiente, salas superlotadas e sobrecarga de funções. Além disso, o convívio cotidiano com as juventudes nas escolas, permeado por tensões e desafios sociais, tem exigido cada vez mais do professor, muitas vezes sem o devido suporte institucional. Esses fatores têm

contribuído para a baixa atratividade da carreira, o desestímulo à permanência e a sensação de desalento em muitos docentes. Outro ponto preocupante é o avanço da violência escolar e de fenômenos correlatos, como o *bullying* e a síndrome de *Burnout*, que, embora frequentemente tratados como problemas individuais, expressam, na verdade, a precarização estrutural do trabalho docente e a intensificação das exigências emocionais e cognitivas impostas aos professores.

Todos esses elementos a desvalorização simbólica, a precarização material e as pressões psicológicas têm se articulado de modo a fragilizar o campo da docência, sobretudo nas áreas das ciências humanas, que vêm sofrendo, nos últimos anos, uma perseguição ideológica explícita e um sistemático corte de investimentos. É evidente que, em certa medida, essas questões não se relacionam diretamente com a dualidade existente no campo acadêmico. Essa dualidade é, antes de tudo, de natureza cultural: somos herdeiros de uma tradição científica fortemente vinculada à pesquisa concebida sob o princípio do distanciamento, a chamada *vigilância epistemológica*. Essa tradição preconiza que o pesquisador deve manter-se o mais distante possível de seu objeto de estudo, como se a objetividade científica dependesse da negação do sujeito que investiga. Essa concepção, embora historicamente legitimada, reflete uma perspectiva epistemológica fortemente influenciada pelas ciências duras, pelo positivismo e por outras correntes que pouco dialogam com abordagens de base materialista e dialética. Desse modo, o modelo de ciência que prevalece é hegemonizado por uma racionalidade que se reproduz no interior da academia, moldando não apenas o entendimento sobre a formação docente, mas também a própria concepção de atuação em sala de aula. Trata-se, portanto, de uma visão que limita a potência transformadora da educação e restringe a prática científica a um horizonte técnico e despolitizado, quando, na verdade, o conhecimento deveria ser instrumento de emancipação e de compromisso com a realidade social.

**FSS & RBG:** *É bastante recorrente observarmos, nas graduações, uma ênfase maior na formação do pesquisador em detrimento da formação do professor uma assimetria que reflete uma visão hierarquizante e dualista entre o fazer científico e o*

*fazer docente. Na sua avaliação, os cursos de Ciências Sociais ainda reproduzem essa desigualdade entre as duas formações? Quais caminhos ou alternativas você vislumbra para transformar esse quadro e promover uma articulação mais integrada entre a formação para a pesquisa e para a docência já no âmbito da graduação?*

**Erlando da Silva Rêses:** De fato, ainda é perceptível nas graduações em Ciências Sociais uma forte assimetria entre a formação do pesquisador e a formação do professor. Essa desigualdade, decorre de uma concepção historicamente consolidada de ciência que privilegia o distanciamento, a neutralidade e a objetividade como marcas da legitimidade do saber científico, em detrimento da dimensão pedagógica, ética e política que constitui o ato educativo. Trata-se de uma herança positivista e hierarquizante que fragmenta o campo das Ciências Sociais e reproduz, no interior das universidades, uma dicotomia entre o fazer científico e o fazer docente. Me chama atenção para a necessidade de superar essa lógica dualista por meio de uma formação integrada e dialógica, na qual a docência e a pesquisa sejam compreendidas como dimensões complementares de um mesmo processo de produção e socialização do conhecimento. Assim, ensinar Sociologia não é apenas transmitir conteúdos, mas formar sujeitos críticos, capazes de compreender e intervir na realidade social. Isso implica reconhecer que a prática docente é, também, um exercício de pesquisa, um espaço de reflexão e de reconstrução teórica, a partir da experiência concreta.

Os caminhos para transformar esse quadro, portanto, passam por uma reformulação epistemológica e pedagógica nos cursos de Ciências Sociais. É preciso fortalecer disciplinas e experiências formativas que articulem teoria e prática, pesquisa e ensino, valorizando a escola como campo de produção de saberes e não apenas como espaço de aplicação. Nesse sentido, defendo a importância dos estágios supervisionados reflexivos, da pesquisa-ação e da formação pela práxis, em que o futuro docente possa compreender o ensino como um ato político, ético e emancipador. Assim, ao promover a integração entre a formação para a pesquisa e para a docência, não se trata apenas de corrigir uma desigualdade institucional, mas de afirmar uma concepção mais ampla de uma ciência comprometida com a transformação social e

com a humanização das práticas educativas, na defesa de uma pedagogia sociológica crítica e emancipatória.

***FSS & RBG:** A primeira tese de doutorado que toma o ensino de Sociologia como objeto de estudo data de 2002. Desde então, observa-se que os Programas de Pós-Graduação em Sociologia, com raras exceções, ainda demonstram limitado interesse pela temática do ensino, mantendo linhas de pesquisa pouco expressivas nessa área. Em consequência, o conhecimento produzido nesses espaços tende a demorar a alcançar a educação básica, permanecendo restrito ao âmbito acadêmico. Na sua avaliação, qual é, atualmente, o lugar ocupado pelo ensino de Sociologia na pós-graduação brasileira? E, a partir de sua experiência, quais caminhos poderiam favorecer a incorporação dessa produção nos programas e políticas voltados ao fortalecimento da Sociologia na educação básica?*

**Erlando da Silva Rêses:** O lugar do ensino de Sociologia na pós-graduação brasileira ainda é, em grande medida, periférico e subalternizado. Há uma histórica dissociação entre o campo da pesquisa sociológica e o campo da docência, o que faz com que a formação e a reflexão sobre o ensino sejam frequentemente relegadas a um plano secundário. Essa hierarquia epistemológica, herdeira de uma tradição positivista e academicista, atribui maior prestígio à produção teórica desvinculada da prática educativa, reforçando a ideia de que o ensino seria um espaço de mera aplicação do conhecimento, e não de criação e reconstrução de saberes. Essa separação não é apenas institucional, mas também epistemológica e política. Ela revela uma visão de ciência que nega a dimensão formativa e emancipadora do conhecimento, reduzindo a docência a uma prática técnica. Por isso, defendo a necessidade de afirmar o ensino de Sociologia como um campo de pesquisa autônomo e crítico, capaz de produzir conhecimento sobre sua própria prática e de estabelecer um diálogo orgânico entre universidade e escola.

Nesse sentido, o lugar do ensino de Sociologia na pós-graduação deveria ser o de um espaço de convergência entre teoria e prática, em que o fazer docente seja

reconhecido como um ato de produção intelectual e política. Nesse sentido, é necessário que os programas de pós-graduação incorporem linhas e grupos de pesquisa dedicados à formação docente, ao currículo e às metodologias de ensino, reconhecendo a escola como *locus* legítimo de investigação sociológica com uma perspectiva epistemológica de romper com o paradigma da neutralidade científica e reconhecer o ensino como dimensão constitutiva da própria sociologia. Há necessidade deste espaço ser formativo, com capacidade de integrar prática docente e pesquisa e considerá-las como momentos inseparáveis da formação sociológica e também política de compreender o ensino de Sociologia como prática de resistência e de formação cidadã, comprometida com a leitura crítica da realidade social. Assim, incorporar a produção acadêmica da pós-graduação nos programas de desenvolvimento da Sociologia na educação básica implica construir pontes entre universidade e escola, transformando a pesquisa em instrumento de reflexão coletiva, formação continuada e emancipação intelectual. Assim, o desafio não é apenas levar o conhecimento sociológico à escola, mas produzi-lo com ela, numa perspectiva dialógica, democrática e transformadora.

**FSS & RBG:** *Nesse contexto, você considera que o Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional - ProfSocio<sup>3</sup> pode constituir um caminho eficaz para aproximar o conhecimento produzido na pós-graduação da realidade da sala de aula,*

---

<sup>3</sup> O Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (ProfSocio) surgiu de uma articulação entre universidades públicas, CAPES e Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), visando fortalecer a formação continuada de professores da educação básica. As discussões iniciais ocorreram em 2015, destacando a necessidade de qualificação docente após a obrigatoriedade da Sociologia no ensino médio, em 2008. Em 2016, o projeto foi elaborado e submetido à CAPES, sendo aprovado em 2017 no âmbito do PROEB. Nesse mesmo ano, instituiu-se a coordenação nacional na Universidade Federal do Ceará (UFC). As atividades acadêmicas iniciaram em 2018, com turmas distribuídas em várias regiões do país. Desde então, o programa consolidou-se como espaço de produção de conhecimento sobre o ensino de Sociologia, promovendo a articulação entre teoria e prática. A ampliação da rede com novas instituições fortaleceu sua abrangência e impacto. Em 2020, o ProfSocio integrou-se de forma mais efetiva ao sistema UAB, adotando ensino híbrido durante a pandemia. Entre 2021 e 2023, houve consolidação acadêmica, revisão curricular e fortalecimento de pesquisas interinstitucionais. O conceito 4 da CAPES atesta sua qualidade. Atualmente, reúne mais de 15 instituições e se destaca na formação de professores-pesquisadores, contribuindo para a valorização da Sociologia e das ciências humanas na educação básica.

*por meio da atuação de professores-pesquisadores? Quais estratégias seriam necessárias para fortalecer e expandir o ProfSocio nos próximos anos, de modo que ele seja incorporado e valorizado por um número crescente de programas de pós-graduação em Sociologia?*

**Erlando da Silva Rêses:** O Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional - ProfSocio representa, sem dúvida, um caminho promissor para fazer com que o conhecimento produzido na pós-graduação chegue de maneira efetiva à sala de aula, por meio da atuação de professores-pesquisadores. Em minha experiência, considero que essa proposta tem se mostrado bastante frutífera, especialmente por estimular a articulação entre o ensino superior e a educação básica. Lembro-me, inclusive, de uma experiência anterior, no âmbito da CAPES, voltada à formação de professores da Educação Básica, sobretudo para profissionais que ainda não possuíam formação específica na área de Sociologia. Naquele período, entre 2009 e 2010, foi criado um curso de especialização que buscava justamente fortalecer esse vínculo entre universidade e escola, aproximando a produção acadêmica das práticas pedagógicas cotidianas. O ProfSocio, a meu ver, dá continuidade a esse movimento, ampliando o diálogo entre a teoria sociológica e o trabalho docente, ao reconhecer a escola como espaço legítimo de produção de saberes e de investigação sociológica. Para mantê-lo fortalecido nos próximos anos, é fundamental garantir investimentos regulares, consolidar redes interinstitucionais de pesquisa e formação, e estimular o reconhecimento do mestrado profissional dentro dos programas de pós-graduação em Sociologia. Somente assim será possível consolidar uma cultura acadêmica que valorize o ensino como dimensão essencial da prática sociológica e da formação cidadã.

A organização do curso de Especialização em Ensino de Sociologia, pela Capes/MEC e o Núcleo de Educação Aberta e a Distância (Nead) da Universidade de Mato Grosso (UFMT) da Universidade Aberta do Brasil – UAB em 2009/2010, representou uma importante iniciativa voltada à formação de professores da educação básica na área de Sociologia. Eu tive a oportunidade de participar de sua elaboração, como conteudista e membro da coordenação. O material do curso serviu

de referência para o desenvolvimento de experiências de formação inicial e continuada no campo do ensino de Sociologia. A estrutura curricular era composta por dois módulos teórico-práticos. Módulo 1: *Memória e Formação; Memória e Prática Docente; Ensino de Sociologia: Conteúdos e Metodologias* e Módulo 2: *História da Sociologia; Cultura e Identidade; Estrutura Social e Mudanças Sociais; Participação Política e Cidadania; Metodologia e Recursos Didáticos*. Esses módulos buscavam articular fundamentos teóricos e práticos, valorizando a experiência docente e a construção coletiva de saberes. Foi uma experiência muito significativa, pois aproximou professores da educação básica e do ensino superior, fomentando a reflexão sobre a prática e fortalecendo o vínculo entre universidade e escola.

Nesse contexto, o Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (ProfSocio) surge como uma continuidade e ampliação dessa trajetória., transformando-se em prática educativa e em novas formas de leitura da realidade social. Posteriormente, acompanhando a experiência de alguns alunos da UnB, percebi uma mudança importante: atualmente, há pelo menos três docentes dedicados ao campo do ensino de Sociologia, o que demonstra o crescimento e o amadurecimento dessa área na última década. Entre 2006 e 2016, o campo do ensino de Sociologia se expandiu significativamente, atraindo o interesse de pesquisadores e consolidando-se como um espaço legítimo de investigação e formação. O ProfSocio vem, portanto, somar-se a esse movimento de fortalecimento, oferecendo mais uma possibilidade de integração entre teoria e prática. No entanto, é preciso reconhecer que sua continuidade ainda é incerta. Assim como ocorreu com o PIBID (Programa Institucional de Iniciação à Docência), que sofreu um revés na sua continuidade ao ponto de termos um movimento chamado “Fica PIBID”, mas que agora ganha contornos de lei com a tramitação do PL 7552/2014 e PL 3970/2021, há um enfraquecimento progressivo dessas políticas de formação, sobretudo por se tratarem de iniciativas dependentes de políticas governamentais. Isso se agrava diante do cenário de desvalorização das Ciências Humanas, em especial da Sociologia e da Filosofia, cujas áreas têm histórico de cortes orçamentários e restrições institucionais.

***FSS & RBG:** A Lei nº 11.684, sancionada em 2 de junho de 2008, tornou obrigatórias as disciplinas de Filosofia e Sociologia em todas as séries do Ensino Médio, reafirmando o compromisso com a formação de cidadãos críticos, reflexivos e capazes de compreender e intervir na realidade social. A reintrodução da Sociologia como componente curricular obrigatório é, contudo, um processo ainda recente, embora a disciplina já tenha integrado o currículo em diferentes momentos históricos e sob perspectivas variadas. Diante desse contexto, quais caminhos podem favorecer a consolidação definitiva da Sociologia no currículo da Educação Básica, garantindo sua continuidade e evitando novas rupturas em sua trajetória?*

**Erlando da Silva Rêses:** Apesar do baixo interesse histórico de alguns programas de pós-graduação pelo ensino de Sociologia, essa área possui uma tradição significativa. Recordo-me de minha própria experiência na licenciatura, quando participei da disciplina de Práticas de Ensino de Sociologia. Durante os encontros quinzenais, eu procurava provocar reflexões e propor iniciativas que aproximassem a academia da realidade escolar. Motivado por uma trajetória de militância em prol da obrigatoriedade da Sociologia no país, visitei escolas e tive contato direto com o cotidiano do ensino. No entanto, percebi que minha empolgação não se traduzia em ações concretas dentro da universidade. Por exemplo, sugeri a realização de um grande seminário que envolvesse estudantes, docentes do departamento e professores da Secretaria de Educação, mas a proposta não recebeu apoio significativo. Os docentes da área estavam mais voltados a outros campos de pesquisa e trataram o ensino de Sociologia de forma secundária. Essa experiência revelou o desprestígio histórico da área dentro do próprio departamento, não apenas na pós-graduação, mas no conjunto das atividades acadêmicas.

Com o tempo, no entanto, essa realidade começou a mudar. Como observou Mário Bispo, a área do ensino de Sociologia se fortaleceu significativamente desde o início do século XXI. Hoje, a pós-graduação produz trabalhos acadêmicos cada vez mais consistentes, há sites e laboratórios que organizam e divulgam essa produção e eventos. As associações têm consolidado uma tradição de estudos e pesquisas que

envolvem a escola e seus sujeitos. É importante, contudo, considerar que mudanças nas políticas públicas podem afetar esse cenário. A disponibilidade de financiamento para pesquisa, bolsas de mestrado e doutorado, e investimentos na área acadêmica influenciam diretamente a produção científica. Recentemente, observamos cortes de bolsas pela CAPES e contingenciamentos orçamentários que, além de limitarem recursos, funcionam muitas vezes como instrumentos de pressão política. Esses cortes ameaçam não apenas a continuidade de pesquisas no campo do ensino de Sociologia, mas também a consolidação das novas práticas e tradições que vêm sendo construídas na pós-graduação. Embora o campo tenha avançado nos últimos 20 anos, consolidando pesquisas, eventos e associações, permanece vulnerável às políticas de financiamento e às prioridades institucionais, o que exige atenção constante para garantir a permanência e o fortalecimento da área no ensino superior brasileiro.

A Lei nº 11.684, sancionada em 2 de junho de 2008, marcou um avanço significativo no campo da educação básica brasileira ao tornar obrigatórias as disciplinas de Filosofia e Sociologia em todas os anos do Ensino Médio. Essa legislação foi resultado de um longo processo de mobilização acadêmica e social, que buscava assegurar o ensino de áreas do conhecimento fundamentais para a formação crítica e cidadã dos estudantes. O principal objetivo da lei é promover uma educação que vá além da transmissão de conteúdos, formando cidadãos capazes de interpretar a realidade social, refletir criticamente sobre os fenômenos do mundo contemporâneo e atuar como sujeitos ativos na sociedade. Ao estabelecer a obrigatoriedade dessas disciplinas, a lei reforça a importância do desenvolvimento de competências como pensamento crítico, capacidade de argumentação e análise sociocultural, elementos centrais para a construção de uma sociedade democrática.

É importante destacar que a Sociologia, em particular, já havia sido incluída no currículo do Ensino Médio em momentos anteriores, mas de forma temporal e fragmentada, sofrendo interrupções e alterações, conforme políticas educacionais e governos. A Lei nº 11.684 consolidou, portanto, a disciplina como componente curricular permanente, criando uma base legal para sua inclusão em todo o território nacional e garantindo que os conteúdos sociológicos e filosóficos fossem acessíveis a

todos os estudantes do Ensino Médio. Apesar de seu caráter histórico, a implementação da lei ainda enfrenta desafios significativos, como a formação adequada de professores, a integração da Sociologia e da Filosofia nos projetos pedagógicos das escolas, e a resistência de algumas instâncias educacionais. Contudo, a legislação representa um marco no fortalecimento das ciências humanas na educação básica, reafirmando a função emancipadora e crítica da escola.

O Novo Ensino Médio, instituído pela Lei nº 13.415/2017 e regulamentado posteriormente pelo Parecer CNE/CEB nº 11/2018, reorganizou a estrutura curricular da etapa final da educação básica no Brasil. Ele introduziu a possibilidade de itinerários formativos, combinando uma base nacional comum e áreas de aprofundamento escolhidas pelos estudantes, com o objetivo de tornar o ensino mais flexível, contextualizado e conectado às demandas sociais e profissionais. Nesse contexto, a Sociologia permanece legalmente como disciplina dentro da base nacional comum, ao lado da Filosofia, garantindo que todos os estudantes do Ensino Médio tenham contato com conteúdos que promovam reflexão crítica sobre a sociedade, cultura, política e economia. O currículo nacional indica que o ensino de Sociologia deve contribuir para a formação de cidadãos críticos e conscientes, capazes de interpretar os fenômenos sociais e de atuar de forma ética e responsável na vida coletiva.

***FSS & RBG:** De que maneira a criação de instituições como a Sociedade Brasileira de Sociologia - SBS, em 1935, a Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais - ANPOCS, em 1977, e a Federação Nacional dos Sociólogos - FNS, em 1989, contribuiu para articular esforços que culminaram na Lei nº 11.684, de 2 de junho de 2008, que tornou obrigatória a Sociologia e a Filosofia no Ensino Médio?*

**Erlando da Silva Rêses:** A criação de instituições como a Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) em 1935, a Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS) em 1977 e a Federação Nacional dos Sociólogos (FNS) em 1989 foi fundamental para articular esforços que culminaram na Lei nº 11.684, de 2 de junho de 2008, a qual tornou obrigatórias as disciplinas de Sociologia e Filosofia no Ensino Médio. Essas entidades desempenharam um papel estratégico na formação

de uma comunidade de interesse em torno do ensino de Sociologia, consolidando uma base de professores, pesquisadores e licenciados que se dedicaram a fortalecer a área e a defender sua presença no currículo escolar. Como enfatiza o relato, os movimentos que culminaram na lei não surgiram espontaneamente; eles resultaram de décadas de atuação organizada e persistente, especialmente a partir do final dos anos 1990 e início dos anos 2000, quando houve esforços concentrados para retomar e garantir minimamente o espaço da Sociologia na formação docente e na educação básica. Essa mobilização envolveu não apenas a atuação acadêmica, mas também estratégias corporativas, políticas e institucionais.

No entanto, o texto também chama atenção para um desafio contínuo: embora essas entidades tenham sido decisivas para a reintrodução da Sociologia, hoje é percebida uma necessidade de atuação mais firme e articulada das entidades corporativas e acadêmicas, como a SBS, a ANPOCS e os sindicatos de sociólogos, para defender e consolidar a disciplina diante de ataques a políticas públicas e cortes na educação. A participação ativa dessas instituições é crucial para articular a educação básica e a formação de professores, evitando que os avanços históricos se percam ou se restrinjam apenas ao âmbito acadêmico. Portanto, pode-se afirmar que a lei de 2008 é fruto de um processo coletivo, de longa duração, construído por entidades acadêmicas e corporativas, mas que sua manutenção e efetiva consolidação dependem da continuidade dessa articulação e da ação coordenada das entidades que representam o campo da Sociologia.

***FSS & RBG:** Com a reintrodução da Sociologia no Ensino Médio a partir de 2008, observou-se um crescimento expressivo na produção e circulação de livros didáticos da área, especialmente impulsionado pelo Plano Nacional do Livro Didático - PNLD. Diante desse cenário, como você avalia esse processo de expansão editorial e quais os desafios e perspectivas dos manuais de Sociologia para o ensino médio frente às orientações da Base Nacional Comum Curricular - BNCC?*

**Erlando da Silva Rêses:** A Lei da obrigatoriedade de 2008, que reintroduziu a Sociologia e a Filosofia como disciplinas obrigatórias no Ensino Médio, representou um marco importante na consolidação das ciências humanas na educação básica. No entanto, essa conquista, ainda recente, tem sido constantemente ameaçada por sucessivas rupturas nas políticas educacionais. Na verdade, a ruptura ocorreu no governo de Michel Temer, fruto de um golpe parlamentar, político e midiático, e intensificada no governo posterior. Trata-se de um movimento que reproduz, em certa medida, o mesmo medo que marcou o período da ditadura militar, quando áreas como a Sociologia e a Filosofia eram vistas como perigosas por estimularem a reflexão crítica e a consciência social. Essa lógica se repete: governos de viés autoritário e ultraconservador tendem a enxergar essas disciplinas como uma ameaça, por promoverem o pensamento crítico e a autonomia intelectual.

Não é por acaso que as ciências humanas têm sido duramente atingidas por contingenciamentos ou cortes orçamentários. No final do ano passado, o Congresso Nacional aprovou um corte de cerca de 977 milhões no orçamento das universidades e institutos federais para 2026, contudo o governo de Lula realocou a verba e reverteu essa decisão. Esses ataques revelam uma tentativa deliberada de desmonte das instituições que produzem conhecimento crítico e plural, justamente aquelas que questionam estruturas de poder e desigualdade. A comparação com o caso de Paulo Freire é emblemática. Seu Plano Nacional de Alfabetização, interrompido pelo golpe de 1964, tinha como base a formação de sujeitos conscientes de sua realidade. Sua experiência em Angicos, alfabetizando 300 trabalhadores em 45 dias, mostrou o poder transformador da educação, algo intolerável para governos que não desejam uma população pensante. A mesma lógica se aplica à Sociologia e à Filosofia: são campos que incomodam porque convidam à análise, à crítica e à emancipação.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Novo Ensino Médio acabaram, na prática, por esvaziar os efeitos da Lei nº 11.684/2008, relegando essas disciplinas a um papel marginal no currículo. A lei que garantiu sua obrigatoriedade foi, simbolicamente, jogada ao lixo, substituída por um modelo de ensino voltado mais à adaptação técnica em detrimento da formação crítica. Diante desse cenário, o papel

das entidades acadêmicas, sindicais e sociais torna-se ainda mais decisivo. É preciso resistir! Apesar das tentativas do governo anterior de enfraquecer as organizações sindicais como a Medida Provisória 873/19, que dificultou o financiamento das entidades, há decisões judiciais garantindo a continuidade das contribuições e, com elas, a manutenção da luta coletiva. A resistência deve se fortalecer nas ruas, nas universidades, nas escolas e nas comunidades. Precisamos somar forças entre acadêmicos, sindicatos, movimentos sociais, igrejas e organizações populares, reafirmando a defesa da educação pública, laica e crítica. A mobilização nacional, como as greves da educação, representa mais do que um protesto: é uma resposta democrática à tentativa de silenciar o pensamento e o direito à crítica. O que está em jogo não é apenas a permanência da Sociologia e da Filosofia no currículo, mas a própria sobrevivência do pensamento crítico no espaço público. Cabe a nós, como educadores, pesquisadores e cidadãos, garantir que a educação continue sendo instrumento de emancipação e não de submissão e subordinação.

***FSS & RBG:** Como você avalia os impactos das constantes inclusões e exclusões da Sociologia no currículo escolar sobre a formação docente, especialmente no que se refere à construção da identidade profissional do professor de Sociologia? E, nesse contexto, qual tem sido, ou deveria ser o papel dos sindicatos e das entidades representativas da categoria na consolidação dessa identidade do sociólogo-professor?*

**Erlando da Silva Rêses:** Como eu já mencionei em outras respostas, sobre o curso de especialização que realizamos tanto eu quanto o Mário, junto com outros e outras colegas entre 2009 e 2010, aquele foi um momento muito rico. Foi um período em que pudemos revisitar a história do ensino de Sociologia, recuperar trajetórias e refletir sobre percursos. Éramos um grupo pequeno, de cinco pessoas, que se reunia para discutir como elaborar o curso, quais seriam seus elementos essenciais, seus fundamentos e objetivos. Tanto eu quanto o Mário entendíamos que era importante refazer esse caminho remontar, recriar a história do ensino de Sociologia. Mário escreveu um capítulo sobre isso, e eu também, tomando sua produção como

importante referência na minha dissertação. Depois, ambos atualizamos nossos trabalhos, incorporando-os ao material do curso. Para o bem ou para o mal com críticas ou não o fato é que esse material ficou registrado. Sabemos que contar a história de maneira linear é sempre um desafio, pois há muitas críticas à própria ideia de linearidade histórica. Então buscamos uma abordagem mais dialética, que permitisse pensar os movimentos do passado em relação ao presente e vice-versa. Nosso objetivo era justamente esse: narrar a história trazendo à tona os contextos sociais, econômicos e políticos de cada período.

Foi curioso perceber como, ao longo desse processo, conseguimos vencer algumas resistências sobretudo no campo da defesa da Sociologia. Eu mesmo lecionei Sociologia na educação básica por cerca de 13 anos e, confesso, era bastante avesso ao uso de livros didáticos, embora utilizasse um ou outro como referência. Lembro-me especialmente de um livro da Cristina Costa, que sempre considerei um dos melhores à época, publicado pela Editora Moderna. Mas quando surgiu a oportunidade de participar do PNLD, acabei integrando a equipe. E o que me movia ali era exatamente o desejo de contribuir para a consolidação da Sociologia na escola, de dentro do processo, compreendendo suas dinâmicas e disputas, e buscando garantir que o ensino da disciplina tivesse qualidade e sentido formativo.

O espírito que nos movia, naquele momento, era o de fortalecer a presença da Sociologia no Ensino Médio mesmo eu não concordando totalmente com a ideia de que a disciplina devesse depender de livros didáticos. Essa era uma questão que eu sempre via com certa reserva. Da mesma forma, quando nos propusemos a contar a história do ensino de Sociologia, nos deparamos com um desafio: como narrar essa trajetória sem cair na armadilha de uma história linear, aquela que simplesmente diz “acabou um período e começou outro” Como assim? A história não é feita de rupturas absolutas, mas de continuidades, de disputas, de idas e vindas. Ainda assim, sentimos a necessidade de contar essa história de modo mais didático de mostrar que, em determinados momentos, a Sociologia estava presente no currículo e, em outros, não. E, mais importante: explicar *por que* estava ou *por que* deixava de estar. Era preciso registrar isso de alguma forma.

Optamos, então, por essa abordagem, que reconhece tanto as presenças quanto as ausências, os avanços e os retrocessos. Um exemplo interessante é o caso do Distrito Federal: ali não se pode dizer que houve uma ruptura política propriamente dita, já que foi um governo de direita que introduziu a Sociologia e a Filosofia nos três anos do Ensino Médio. A crítica que recebemos e que o Mário também registrou é que, nesse caso, a disputa se deu mais em torno da *meritocracia* e das interpretações legislativas do que propriamente em torno de um projeto político de ruptura. De todo modo, nós sentimos que demos uma contribuição importante e ficamos lisonjeados com isso. Como o próprio Mário costuma dizer, ao fazer história, fomos otimistas ao pensar: “Agora temos uma lei, estamos seguros.” Mas não! A realidade nos mostrou o contrário. Isso mostra que a história está sempre em movimento e que, de fato, cabe agora escrever um novo capítulo dessa luta pela Sociologia no currículo.

***FSS & RBG:** As descontinuidades da Sociologia no currículo escolar evidenciam as disputas ideológicas e políticas em torno da legitimidade e do papel formativo da disciplina. Historicamente, quando presente, a Sociologia tem sido concebida, por um lado, como instrumento de formação para a cidadania representação ainda recorrente e, por outro, como campo crítico voltado a problematizar as formas de dominação e discriminação existentes no mundo social. Nesse contexto, como você analisa a relação entre essas diferentes representações e usos da Sociologia e o processo de construção da identidade profissional do professor-sociólogo? E, diante das atuais disputas ideológicas e políticas que ameaçam sua continuidade no currículo, quais estratégias considera fundamentais para assegurar a permanência da disciplina na educação básica, reafirmando-a como espaço de formação crítica e emancipatória?*

**Erlando da Silva Rêses:** De fato, as descontinuidades da Sociologia no currículo expressam as disputas ideológicas e políticas que permeiam o campo educacional e a própria legitimidade das ciências humanas na escola. Ainda assim, é preciso reconhecer que, especialmente a partir da reintrodução da disciplina em 2008 e do fortalecimento de políticas como o Plano Nacional do Livro Didático -PNLD,

houve um avanço significativo na consolidação da Sociologia como área de ensino e de pesquisa na educação básica. O crescimento da produção de livros didáticos e o interesse das editoras, embora movidos também por uma lógica de mercado e de lucratividade, contribuíram para impulsionar o campo, estimulando a formação de professores, a circulação de saberes e o desenvolvimento de novos materiais e metodologias. Esse movimento, somado à criação de associações, entidades e eventos acadêmicos, tem fortalecido a Sociologia como disciplina formadora e crítica. No entanto, essa consolidação ainda enfrenta desafios, sobretudo no que diz respeito à definição de conteúdos e à construção de uma base curricular que respeite as especificidades regionais e as diferentes realidades escolares. As antigas Orientações Curriculares Nacionais (OCM), ao priorizarem temas e conceitos sem definir conteúdos específicos, evidenciaram essa dificuldade, que foi sendo gradualmente superada com a incorporação de novos referenciais nos editais do PNLD e nos programas mínimos para o campo. Assim, a formação da identidade do professor-sociólogo passa também por esse processo de amadurecimento da disciplina entre disputas políticas e tentativas de consolidação acadêmica e pedagógica. Manter a Sociologia nos currículos, de modo regular e com força formativa, depende de estratégias coletivas de resistência: fortalecimento das entidades representativas, investimento em pesquisa e formação docente, produção de materiais críticos e diálogo constante entre universidade e escola. É nesse entrelaçamento entre teoria e prática, entre ensino e militância, que a Sociologia pode afirmar seu papel como espaço de formação crítica e emancipatória.

Essa reflexão sobre as disputas ideológicas e sobre a formação para o exercício da cidadania é de extrema relevância. A própria expressão “para o exercício da cidadania” aparece, como sabemos, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional -LDB, que define a educação como o conjunto de conhecimentos necessários ao pleno exercício da cidadania. Essa formulação, embora marcada por um viés pragmático, ainda ocupa um lugar central na justificativa da presença da Sociologia no currículo escolar. Durante a pesquisa que realizei no mestrado, investigando o sentido atribuído à disciplina tanto por estudantes de licenciatura em Sociologia

quanto por alunos do ensino médio, percebi que a ideia de cidadania se expressava de maneiras distintas conforme o contexto social. Entre os alunos do centro de Brasília, predominava a aspiração de continuar os estudos, aprofundar o conhecimento e ascender academicamente. Já entre os estudantes das periferias, a noção de cidadania aparecia associada à luta por direitos básicos ainda não garantidos o direito à moradia, ao saneamento básico, à mobilidade e à dignidade. Para esses jovens, o exercício da cidadania estava diretamente vinculado à busca por condições concretas de vida e de participação social.

Por isso, a ideia de “formação para o exercício da cidadania” tem sua razão de ser, ainda que hoje existam críticas consistentes a essa concepção no campo acadêmico. Tais críticas apontam que, muitas vezes, a noção de cidadania é tratada de modo passivo, restrita à obediência a direitos e deveres ou ao enquadramento legal, deixando em segundo plano a dimensão emancipatória e crítica da ação social. Ainda assim, esse conceito permanece como uma das principais referências no ensino de Sociologia, tanto pela sua força normativa quanto por seu papel formativo. No entanto, é nesse mesmo campo que se manifestam as disputas ideológicas que ameaçam a presença da Sociologia no currículo. O discurso governamental recente tem operado uma seletividade ideológica, buscando excluir temas, autores e perspectivas associados ao pensamento crítico. Duas dimensões simbólicas ilustram bem esse processo: a tentativa de eliminar qualquer referência ao comunismo e o afastamento de tudo o que se vincule a experiências políticas de caráter popular e democrático, como o Partido dos Trabalhadores - PT. Dessa forma, o próprio discurso da cidadania, por carregar um potencial democrático e emancipador, torna-se um elemento de tensão e, paradoxalmente, um dos motivos pelos quais a Sociologia vem sendo afastada das políticas públicas educacionais. Trata-se, portanto, de um campo em disputa entre a formação crítica e a tentativa de silenciamento de um pensamento social que questiona as estruturas de poder e desigualdade.

***FSS & RBG:** Por fim, na sua opinião, quais são os principais dilemas e desafios que os/as sociólogos/as e professores/as de Sociologia enfrentam no século XXI, especialmente diante das transformações políticas, sociais e educacionais em curso?*

**Erlando da Silva Rêses:** Caros Fagno e Rafael, de fato, no que se refere aos limites das políticas públicas voltadas à formação docente, ainda percebo desafios estruturais importantes. Persistem a descontinuidade dos programas de formação, a fragilidade dos investimentos em políticas de valorização da carreira docente, e a ausência de mecanismos efetivos de articulação entre universidade e escola básica. Soma-se a isso o enfraquecimento das políticas de incentivo à entrada de jovens nos cursos de licenciatura, sobretudo nas áreas de Humanidades, o que compromete a renovação geracional do magistério. Defendo que o avanço e o fortalecimento da docência passam necessariamente pela consolidação de políticas permanentes de formação inicial e continuada, que integrem teoria e prática, e reconheçam o professor como intelectual e agente político, capaz de intervir criticamente na realidade educacional. Vivemos um momento em que a profissão docente, especialmente a de Sociologia, enfrenta não apenas desafios pedagógicos, mas também dilemas políticos e existenciais. Ainda assim, é justamente nessa adversidade que reside a força e a urgência de reafirmar o papel crítico e emancipador da educação e da docência no Brasil

***FSS & RBG:** Professor Erlando Rêses, nossa gratidão por essa minuciosa entrevista e pelo eloquência no pensamento, fazendo com que viajássemos pelos complexos caminhos do ensino da Sociologia no Brasil. Entre gestos de esperança e lampejos de imaginação sociológica, seguimos aprendendo que ensinar é também resistir, e que cada aula pode ser um ato político, poético e profundamente humano. Obrigado por compartilhar conosco o sopro de seu ofício e o brilho inquietante de suas reflexões.*

## REFERÊNCIAS

Rêses, E. da S., Dal Rosso, S., Gontijo, L. V., Borges, R. E. S., Lima, F. S., & Costa, S. N. (Orgs.). (2025). *Inteligência artificial, trabalho e capitalismo*. Pontes Editores.

Rêses, E. da S., Dal Rosso, S., Valente, J. C. L., Borges, R. E. S., & Teberga, A. (Orgs.). (2023). *Valor e exploração do trabalho: Capitalismo de plataforma e Covid-19*. Pontes Editores.

Rêses, E. da S., Pereira, M. L. P., & Cunha, M. C. (Orgs.). (2021). *Trabalho, educação de jovens e adultos e tecnologias emancipatórias* (Vol. 1). Hildebrando Editor & Autores Associados.

Rêses, E. da S. (2021). *Pedagogia socialista, trabalho e educação* (Vol. 1). Editora da Universidade de Brasília.

Rêses, E. da S., Oliveira, C. E., & Pacífico, J. M. (Orgs.). (2020). *Educação pública em debate no Centro-Oeste e Norte brasileiros: Entre a unidade e diversidade no contexto escolar brasileiro* (Vol. 1). Sustentável; Edufro.

Rêses, E. da S., & Perpétuo, L. D. (2018). *Ciganidade e educação escolar: Saber tradicional e conflito étnico* (Vol. 1). Tagore Editora.

Rêses, E. da S., Silveira, D. A., & Pereira, M. L. P. (2017). *Educação de jovens e adultos trabalhadores: Análise crítica do Programa Brasil Alfabetizado* (Vol. 1). Paralelo 15.

Rêses, E. da S., Sales, M. C., & Pereira, M. L. P. (Orgs.). (2017). *Educação de jovens e adultos trabalhadores: Políticas e experiências da integração à educação profissional* (Vol. 1). Mercado de Letras.

Rêses, E. da S., Santos, M. B. dos, & Rodrigues, S. D. (2016). *A sociologia no ensino médio: Cidadania e representações sociais de professores e estudantes* (Vol. 1). Fino Traço.

Rêses, E. da S. (2015a). *De vocação para profissão: Sindicalismo docente da educação básica no Brasil* (Vol. 1). Paralelo 15.

Rêses, E. da S. (2015b). *Universidade e movimentos sociais* (Vol. 1). Fino Traço.

Santos, M. B. (2014). O PIBID na área de Ciências Sociais: Condições epistemológicas e perspectivas sociológicas. *Revista Brasileira de Sociologia*, 2(3).

Santos, M. B. (2002). *A sociologia no ensino médio: O que pensam os professores da rede pública* (Dissertação de mestrado). Universidade de Brasília.

Soares, F. (2018). Por uma história do ensino de sociologia no Brasil: Na oficina sociológica de Cristiano Bodart tomando café com sociologia. *Revista Observatório*, 4(6), 1007–1029.